



Jovem e Mercado de Trabalho

#MaisJovensNaPolítica

BOLETIM DE MONITORAMENTO DE PROPOSTAS

Apoio



Câmaras
municipais
parceiras

Realização

Escola
do Legislativo



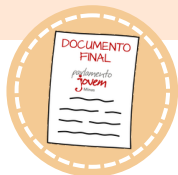
ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DE MINAS GERAIS

O QUE ACONTECE COM AS PROPOSTAS DO PARLAMENTO JOVEM NA ALMG?

1. Aprovação e Entrega do Documento Final

Ao longo do Parlamento Jovem, os estudantes elaboram, discutem e votam propostas.

Na Plenária Estadual (última etapa), as propostas aprovadas são reunidas no **Documento Final**, que é entregue à ALMG.



2. Transformação do Documento Final em Propostas de Ação Legislativa (PLEs)

O Documento Final é enviado para a **Comissão de Participação Popular (CPP)** da ALMG.

Essa comissão é responsável por receber propostas da sociedade e transformá-las em **Propostas de Ação Legislativa (PLEs)**.

No caso do Parlamento Jovem, cada **subtema** gera uma PLE. Assim, o Documento Final origina **três PLEs diferentes**, cada uma com sua própria numeração.



3. Análise da PLE e parecer do relator

Cada PLE é encaminhada a um deputado relator, escolhido pelo presidente da comissão. Esse relator analisa o conteúdo e pode conversar com pessoas ou grupos envolvidos no tema para embasar sua avaliação. Ao final, ele apresenta um parecer, recomendando:

- o **acolhimento** ou
- a **rejeição** da proposta

Se recomendar o acolhimento, ele também indica em qual forma a proposta pode seguir:

- **Requerimento:** pedidos de informação, providências, audiências públicas, visitas, entre outros
- **Projeto de Lei (PL):** criação de uma nova lei
- **Emenda a Projeto de Lei:** alteração em um projeto que já está em tramitação



4. Deliberação na Comissão

A Comissão de Participação Popular realiza uma reunião para deliberar sobre a PLE e o parecer do relator.

Essa reunião é aberta à participação dos interessados. A proposta é lida pelo relator e colocada em votação pelo presidente da comissão. Se for aprovada, as proposições decorrentes dela seguem a tramitação no processo legislativo (ou seja, passa a fazer parte das matérias em análise na ALMG).

Importante: uma mesma PLE pode gerar **mais de uma proposição**.



5. Tramitação da Proposição Legislativa na ALMG

A partir daí, a proposição segue os trâmites previstos no Regimento Interno da ALMG, de acordo com o seu tipo (requerimento, projeto de lei ou emenda).



PARECER DO RELATOR	PROPOSIÇÕES RELACIONADAS	RESPOSTAS
Síntese do parecer, que acolhe as sugestões por meio de requerimento: 1.1 Incentivo ao Esporte e Arte como Fonte de Renda: Não há nenhum impedimento legal ou técnico para que a viabilidade e a pertinência das medidas sejam avaliadas. A proposta foi integralmente acolhida e encaminhada por meio do envio de requerimentos de providências direcionados à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. 1.2 Programa Estadual de Direitos Trabalhistas dos Jovens: Não há impedimento para o encaminhamento da proposta, que foi acolhida mediante envio de requerimento à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese). 1.3 Conselhos municipais de apoio ao jovem no mercado de trabalho: A medida proposta foi considerada viável, sendo acolhida por meio de requerimento encaminhado para a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. 1.4 Plataforma interfederativa de capacitação profissional: não há impedimento para o encaminhamento da sugestão, que foi acolhida por meio de envio de requerimento de providências à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.	RQN 4871 de 2023: Requerimento enviado para Secult e Sedese-MG solicitando a formulação de estratégias de inclusão profissional de jovens nos setores de esporte e cultura, integradas aos Programas 069 e 105 do Projeto de Lei 1.496/2023, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG 2024-2027). RQN 4872 de 2023: Solicita à Sedese um pedido de providências para analisar a viabilidade de criar um programa estadual similar ao Jovem Aprendiz, com direitos trabalhistas monitorados, benefícios fiscais a empresas e consórcios municipais. Adicionalmente, pede o fomento a conselhos municipais da juventude para apoiar a inserção de jovens no mercado de trabalho, priorizando pessoas com deficiência, pretos, pardos, indígenas e aqueles com renda familiar per capita inferior a um salário mínimo e meio. RQN 4873 de 2023: O requerimento solicita à Seplag a análise de viabilidade para criar uma plataforma interativa e interfederativa voltada a jovens ingressantes no mercado de trabalho, com acesso a sites governamentais, oficinas, textos informativos, videoaulas e cursos gratuitos (como os da Enap e do Sistema S), além de atuar como um canal facilitador de comunicação entre as empresas e o público jovem.	Síntese da resposta da Sedese: A Sedese destacou ações no âmbito do Programa 069, incluindo palestras e eventos de integração esportiva na Semana Estadual das Juventudes, visando a inclusão de jovens. Em relação ao Programa 105, a secretaria informou que a competência é da Secult, por meio dos cursos gratuitos do Cefart, sugerindo o redirecionamento da demanda. Síntese da resposta da Secult: A Secult destaca a importância da inserção de jovens na produção artística, já tendo encaminhado ações através da Lei nº 24.462/2023. A pasta enfatiza a participação juvenil na Rede Mineira de Pontos de Cultura, tema em elaboração no plano setorial da Política Estadual de Cultura Viva, e mantém diálogo aberto para estratégias conjuntas. Síntese da resposta da Sedese: A Sedese ressalta que a criação de um programa estadual de aprendizagem depende de aspectos econômicos, orçamentários e legais (geridos pela Subsecretaria de Inclusão Produtiva no Decreto nº 48.660/2023), mas destaca que o público jovem já possui prioridade na oferta de formação profissional. Quanto aos conselhos municipais, destacou que a Diretoria de Políticas para as Juventudes capacita gestores municipais e oferece apoio técnico e cartilhas para a criação desses órgãos. Além disso, atua na autonomia de jovens vulneráveis por meio do programa Percursos Gerais. Síntese da resposta da Seplag: As providências solicitadas não competem à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, e recomendaram o envio do requerimento para a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social.

PARECER DO RELATOR	PROPOSIÇÕES RELACIONADAS	RESPOSTAS
Síntese do parecer, que acolhe as sugestões por meio de requerimento: 2.1 Aprimoramento do programa Trilhas do Futuro: Demanda louvável, tendo em vista que pode contribuir para a ampliação do alcance do programa, parecer favoráveis ao seu encaminhamento à Secretaria de Estado de Educação. 2.2 Programas de qualificação profissional e cursos gratuitos: parecer favorável à oferta de qualificação profissional, com cursos de oratória, atitudes comportamentais e noções de direito trabalhista para alunos de escolas públicas e privadas. Proposta acolhida por meio de requerimento à SEE-MG. 2.3 Ampliação das formas Ingresso nas Universidades Estaduais: Parecer receptivo à proposta de inclusão da análise do histórico escolar, entrevistas e cartas de apresentação nos processos seletivos do ensino superior estadual, alinhando-se a modelos de instituições internacionais. 2.4 Semana da empregabilidade do jovem: parecer favorável a proposta de ações de preparação do jovem para sua entrada no mercado de trabalho, como cursos de orientação vocacional, palestras e workshops. Acolhida m requerimento à SEE-MG, juntamente à proposta 2.2.	RQN 4874/2023: Requerimento à SEE solicitando: a expansão do programa Trilhas do Futuro com oferta de cursos voltados ao mercado digital e novas tecnologias, além da inclusão da modalidade de educação a distância (EAD); realização de cursos com certificação em habilidades que facilitem a inserção no mercado de trabalho; e destinação de parte da carga horária nas escolas da rede estadual para a promoção da Semana da Empregabilidade Jovem e de ações de orientação vocacional. RQN 4875/2023: Requerimento à UEMG para a diversificação dos mecanismos de acesso ao ensino superior, prevendo a inclusão de critérios como carta de apresentação, entrevistas, análise do histórico escolar e avaliação do engajamento acadêmico no ensino médio. RQN 4876/2023: Encaminhamento de pedido de providências à Unimontes para a diversificação dos mecanismos de acesso ao ensino superior, prevendo a inclusão de critérios como carta de apresentação, entrevistas, análise do histórico escolar e avaliação do engajamento acadêmico no ensino médio.	Síntese da resposta da SEE: A SEE/MG informa que o credenciamento de instituições do Trilhas de Futuro segue edital específico, com oferta de cursos definida via ranking de prioridade baseado em dados de empregabilidade. Quanto à qualificação e orientação profissional, a secretaria esclarece que a demanda já é atendida pelo componente "Projeto de Vida" do Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG) e pela Competência 6 da BNCC, cabendo a cada unidade escolar, dentro de sua autonomia, a promoção de feiras e da Semana da Empregabilidade Jovem. Síntese da resposta da UEMG: A UEMG, por meio da Prograd, informa a inviabilidade de adotar critérios alternativos de ingresso, como cartas de apresentação, entrevistas ou desempenho no ensino médio. A instituição esclarece que deve cumprir obrigatoriamente a Portaria nº 391/2020 e o Parecer CNE nº 98/99, os quais exigem que os processos seletivos para o ensino superior incluam, necessariamente, prova de redação em língua portuguesa com caráter eliminatório. Síntese da resposta da Unimontes: A Unimontes informa que já adota estratégias para democratizar o acesso ao ensino superior, como a retomada do vestibular próprio, a implementação do sistema de avaliação seriada e modalidades específicas para candidatos com 60 anos ou mais. Destaca ainda que, nos editais de vagas remanescentes, contempla formas alternativas de seleção baseadas nas notas do ENEM (edições de 2010 a 2024) e na análise do histórico escolar do ensino médio.

PARECER DO RELATOR	PROPOSIÇÕES RELACIONADAS	RESPOSTAS
Síntese do parecer, que acolhe as sugestões por meio de requerimentos: 3.1 Capacitação Profissional Rural: O parecer rejeitou a criação de centros tecnológicos rurais por inviabilidade técnica, mas acolheu a proposta como requerimento de providências à SEE-MG. A solicitação visa estudar o aumento da ajuda de custo para alunos da zona rural no programa Trilhas do Futuro e o aprimoramento do ensino profissional em municípios distantes por meio de melhorias na infraestrutura e contratação de pessoal. 3.2 Passe Livre Estudantil: Destacou-se que a zona rural já conta com transporte, a matrícula prioriza a proximidade da residência e o tema já tramita na ALMG via projetos de lei. Aprovou-se requerimento à SEE/MG para articular com municípios sem o benefício o transporte aos alunos estaduais de baixa renda. 3.3 Bolsas de Permanência: A relevância da proposta foi reconhecida e a demanda foi acolhida por meio de requerimento de providências à SEE/MG solicitando que a pasta avalie a viabilidade técnica e financeira de conceder bolsas de incentivo especificamente para estudantes de baixa renda matriculados no ensino médio. 3.4 Inclusão no Mercado de Trabalho (PcD e Neurodivergentes): Ressaltou-se que a reserva de vagas já é lei federal (Lei nº 8.213/1991) e aprovaram-se pedidos de providências à SRTE/MG para intensificar a fiscalização das cotas nas empresas e à SEDESE/MG para promover campanhas de conscientização e divulgar oportunidades de emprego.	RQN 4877/2023: Solicita à SEE/MG o aumento da ajuda de custo para estudantes rurais do Trilhas de Futuro e o aprimoramento da formação profissional em municípios distantes. RQN 4878/2023: Solicita à SEE/MG providências para viabilizar, em parceria com os municípios, transporte escolar destinado para alunos de baixa renda da rede pública estadual. RQN 4879/2023: Solicita à SEE/MG a avaliação quanto à possibilidade de conceder bolsas de estudo a estudantes de baixa no ensino médio, para incentivar a permanência escolar. RQN 4880/2023: Solicita à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais (SRTE/MG) a intensificação das ações de fiscalização para garantir o cumprimento das cotas reservadas a Pessoas com Deficiência nas empresas. RQN 4881/2023: Solicita à SEDESE/MG a realização de campanhas de conscientização sobre a contratação de Pessoas com Deficiência (PcD) e ampliação da divulgação de vagas de emprego destinadas a esse público.	Síntese da resposta da SEE: O benefício do Programa Trilhas de Futuro é fixado contratualmente em R\$ 20,00 diários sem previsão de reajuste. As melhorias físicas das unidades de ensino são coordenadas pelo programa Mãos à Obra na Escola, cujo atendimento segue critérios objetivos de hierarquização e prioridade para locais com maior nível de criticidade. Quanto ao corpo docente, ressaltou a criação da equipe especializada da Escola de Formação de Educadores, que desenvolve materiais didáticos e oferece cursos presenciais e a distância direcionados aos profissionais do interior do estado. Síntese da resposta da SEE: O transporte escolar da rede estadual é viabilizado pelo Programa Estadual de Transporte Escolar, que realiza o repasse direto de verbas aos municípios para atender estudantes residentes em zonas rurais. Para a área urbana, o órgão salientou que os alunos devem ser atendidos pelo critério de zoneamento, matriculando-se na escola mais próxima de sua residência. Síntese da resposta da SEE: A permanência dos estudantes de baixa renda no ensino médio tem sido trabalhada por meio da reestruturação curricular, voltada a reduzir as taxas de evasão. Para a concessão de bolsas de incentivo financeiro, é necessário avaliar os impactos orçamentários sobre o erário estadual e destacou que a demanda foi atendida no âmbito federal pela Programa Pé-de-Meia. Síntese da resposta da SEDESE: Informa que a Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda está elaborando um projeto centrado em capacitação e assessoramento para profissionais de RH. A pasta destacou ainda a atuação do Sistema Nacional de Emprego (SINE) na intermediação de mão de obra presencial e virtual, tendo disponibilizado 12.592 vagas e realizado 2.286 colocações de PcDs nos últimos cinco anos, além da articulação promovida pela Diretoria de Políticas para Pessoas com Deficiência no fortalecimento dessas ações.

COMO ACOMPANHAR OS DESDOBRAMENTOS DAS PROPOSTAS DO PJ DE MINAS NO PORTAL DA ALMG:

1. Acesse: www.almg.gov.br
2. Clique em [Atividade Parlamentar > Projetos de Lei](#)
3. Em “Tipo”, selecione Proposta de Ação Legislativa
4. Em “Assunto”, digite parlamento jovem
5. Se quiser, informe o ano
6. Clique em buscar

OUTRAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO:

- Cadastre-se no [portal](#) para receber boletins por e-mail e acompanhar o andamento das propostas no processo legislativo.
- Explore o recurso [Opine sobre Projetos de Lei](#).
- Utilize os [canais de comunicação da ALMG](#) com os cidadãos para esclarecer dúvidas, apresentar sugestões, questionamentos ou fazer contato com os deputados.